



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2025
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 020/2025

Aos 27 dias do mês de Fevereiro do ano de 2025, de um lado o **MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA URTIGA/RS**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 90.483.082/0001-65, com sede na Av. Professor Zeferino, nº 991, bairro centro, cidade de São João da Urtiga, Estado do Rio Grande do Sul, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Cezar Olímpio Zandoná, brasileiro(a), maior, residente e domiciliado(a) na Av. Professor Zeferino, nº 1.642, Município de São João da Urtiga, Estado do Rio Grande do Sul, portador do CPF nº 567.769.420-72 e Carteira de Identidade nº 3057333373, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **MUNARI ATACADISTA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 10.878.273/0001-97, com sede na Rua Paulo de Giacometti, nº S/N, bairro São João, cidade de Capinzal, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pel Sra. Camila Munari Stefanos, brasileira, maior, residente e domiciliada na Rua Paulo Giacometti, nº S/N, Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, portadora do CPF nº 094.490.739-37 e Carteira de Identidade nº 6286230, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, celebram entre si o presente Contrato que será regido pelas cláusulas e condições que seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1. O presente instrumento é fundamentado no procedimento realizado pela **CONTRATANTE** através do Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 002/2025 e na proposta vencedora, conforme termos de homologação e de adjudicação datados de 25/02/2025, e se regerá pelas cláusulas aqui previstas, bem como pelas normas da Lei Federal nº 14.133/2021 (inclusive nos casos omissos), suas alterações posteriores e demais dispositivos legais aplicáveis.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O presente contrato tem por objeto o fornecimento, com a entrega parcelada, de gêneros alimentícios para a merenda escolar, visando atender os alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental no ano letivo de 2025, pela **CONTRATADA**, conforme proposta vencedora, e descrição abaixo:

Materiais:	Marca:	Quantidade:	Valor Unit.:	Valor Total:
033 - AÇÚCAR CRISTAL BRANCO Embalagem de 5kg - Apresentando cor, odor e sabor característico. Validade mínima de 6		100 UN	18,9900	1.899,00



meses a contar da data de entrega.	DOCESUCAR			
034 - AÇÚCAR MASCAVO - Embalagem de 1 kg. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega.	CAMPONESA	100 KG	12,8700	1.287,00
035 - AMIDO DE MILHO - Embalagem de 500 gramas - Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega.	AMAFIL	150 PAC	5,7700	865,50
037 - ARROZ PARBOILIZADO - Pacote de 5 kg -Tipo 1, classe longo fino, subgrupo parboilizado, polido - validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega.	SAFRA	100 PAC	23,9800	2.398,00
038 - ARROZ BRANCO - Pacote de 5 kg -Tipo 1, Classe longo, polido - validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega	SAFRA	50 PAC	23,3900	1.169,50
039 - AZEITE DE OLIVA EXTRA VIRGEM Embalagem/unidade de 500 ml (Com acidez máxima de 0,5%, embalado em vidro escuro, não contendo adição de outros tipos de óleos. Validade mínima de doze meses a contar da data de entrega.	NUCETE	20 UN	42,8800	857,60
041 - CHOCOLATE EM PÓ 100% CACAU - Ingredientes: 100% CACAU EM PÓ. SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR. Embalagem com 200g, com validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega.	SSAUDE	150 PAC	12,8800	1.932,00
042 - COCO RALADO SEM AÇÚCAR PCT 100 GR - embalagem com 100 gramas, sem adição de açúcar, em flocos finos. Validade mínima de 04 (quatro) meses a contar da data de entrega.	SSAUDE	100 UN	5,2800	528,00
043 - COLORAU 500G - UN - Unidade com 500 gramas. Produto constituído pela mistura de fubá de milho com urucum em pó. Validade mínima de quatro meses a contar da data de entrega.	NUTRIOURO	50 UN	5,9200	296,00
044 - DOCE DE FRUTA "Chimia" - embalagem de 1kg - Validade mínima de seis meses a partir da data de entrega.	DIFRUTI	60 KG	10,9900	659,40
045 - DOCE DE LEITE - Embalagem de 350g - Sem amido - Validade mínima de seis meses a partir da data de entrega.	DOCITO	100 UN	7,9700	797,00
046 - EXTRATO DE TOMATE - Embalagem de 850 gramas - Validade mínima de quatro meses a contar da data de entrega.	BONARE	150 UN	7,6900	1.153,50
047 - FARINHA DE MILHO - Pacote de 5 kg - validade mínima de seis meses a contar da data de entrega.	DALON	100 PAC	19,9400	1.994,00
048 - FARINHA DE TRIGO Pacote de 5 kg - validade mínima de seis meses a contar da data de entrega.	CLARISSIMA	100 UN	16,8800	1.688,00
049 - FEIJÃO CARIOCA TIPO 1 - KG Embalagem de 1 kg - tipo 1, constituído de grãos inteiros, novos e sadios. Isento de matéria terrosa, pedras, fungos ou parasitas, livre de fragmentos estranhos umidade e misturas de outras variedades ou espécies.	RIOBELO	100 KG	6,6400	664,00
050 - FEIJAO PRETO - Embalagem de 1 kg - tipo 1, constituído de grãos inteiros, novos, e sadios. Isento de matéria		100 KG	5,4700	547,00



terrosa, pedras, fungos ou parasitas, livre de fragmentos estranhos umidade, e misturas de outras variedades ou espécies.	RIOBELO			
051 - FERMENTO EM PÓ - 250 gramas - Validade mínima de quatro meses a contar da data de entrega.	TRT	80 PAC	8,9800	718,40
052 - LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTÂNEO 400G Embalagem de 400 gramas. Validade mínima de seis meses a contar da data de entrega.	AURORA	50 UN	16,3700	818,50
056 - MASSA CABELO DE ANJO - PCT - Pacote de 500 gramas. Validade mínima de seis meses a contar da data de entrega.	NORDESTE	50 UN	5,3800	269,00
057 - MASSA PARAFUSO 500 G - PC - Pacote de 500 gramas. Validade mínima de seis meses a contar da data de entrega.	NINFA	50 UN	2,9800	149,00
058 - MASSA CARAMUJINHO 500 GR - Pacote de 500 gramas. Validade mínima de seis meses a contar da data de entrega.	ROSANE	50 UN	4,3900	219,50
060 - ÓLEO DE SOJA 900ML - LT Unidade de 900 ml - Validade mínima de seis meses a contar da data de entrega	COAMO	300 UN	7,5900	2.277,00
061 - POLVILHO AZEDO – EMBALAGEM / UNIDADE DE 500 GRAMAS- 500 gramas -tipo 1. Validade mínima de seis meses a contar da data de entrega.	PRATA	150 UN	4,8400	726,00
062 - POLVILHO DOCE – EMBALAGEM / UNIDADE DE 500 GRAMAS - 500 gramas - Tipo 1. Validade mínima de seis meses a contar da data de entrega.	PRATA	150 UN	3,8400	576,00
065 - SUÇO DE UVA - Embalagem de 1 litro, integral, sem conservantes, sem adição de açúcar e água. Validade mínima de doze meses a contar da data da entrega.	CAMPO LARGO	300 L	12,3900	3.717,00
075 - IOGURTE NATURAL INTEGRAL - Embalagem de 160g, validade mínima de trinta dias a contar da data de entrega.	FRUTAP	80 UN	2,8000	224,00
076 - IOGURTE ZERO LACTOSE – EMBALAGEM / UNIDADE 830 GRAMAS- Embalagem de 830 gramas. Validade mínima de vinte dias a contar da data de entrega.	AURORA	50 UN	9,9400	497,00
079 - PEIXE FILÉ DE TILÁPIA Filé de tilápia - Embalagem de 400g. Congelado, sem espinhas. Validade mínima de seis meses a partir da data de entrega.	ACAPI	500 PAC	20,0000	10.000,00
080 - PRESUNTO COZIDO - Embalagem de 180 gramas, resfriado, de 1ª qualidade, com peças fatiadas, embalagem hermeticamente fechada. Validade mínima de 30 dias a contar da data de entrega.	PAMPLONA	500 UN	6,0600	3.030,00

Valor Materiais: 41.956,90

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO, FORMA E LOCAL DO FORNECIMENTO



3.1. A entrega dos gêneros alimentícios perecíveis deverá ser feita semanalmente, geralmente em segundas-feiras, mas, pode ser solicitada em outro dia da semana ou ainda duas vezes por semana conforme necessário e, de acordo com o cronograma de entregas elaborado pelo setor competente. Esses cronogramas serão encaminhados aos fornecedores, em até dez dias antes da primeira entrega de cada bimestre ou trimestre, ou conforme necessário pois, poderão sofrer alterações durante o ano em função de mudanças ou imprevistos que venham ocorrer.

3.2. O objeto deverá ser entregue de acordo com previsto no edital e na proposta vencedora da licitação, nos seguintes endereços: Escola Municipal de Ensino Fundamental Luiz Biasi – estabelecida na Travessa Batista Bianchi, nº 55, Bairro Centro, no Município de São João da Urtiga/RS, CEP 99855-000, e Escola Municipal de Educação Infantil Prof. Diva Bernardon Domingues – estabelecida na Rua João Consalter, nº 300, Bairro Centro, no Município de São João da Urtiga/RS, CEP 99855-000;

3.3. As despesas de transporte para entrega dos produtos ficarão por conta da empresa vencedora da licitação.

3.4. O termo inicial do contrato será o de sua assinatura e o final ocorrerá em 31 de agosto de 2025.

CLÁUSULA QUARTA– DO PREÇO

4.1. O preço a ser pago pelo fornecimento do objeto do presente contrato é de R\$ 41.956,90 (quarenta e um mil, novecentos e cinquenta e seis reais e noventa centavos), conforme a proposta vencedora da licitação, ofertada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado contra empenho, em até 15 (quinze) dias após o recebimento do objeto, e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura.

5.2. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão eletrônico e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECURSO FINANCEIRO

6.1. As despesas do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

06 Secretaria Municipal de Educação

2020 Manutenção da alimentação escolar

339030 Material de consumo (93)

Subelemento da despesa 07000000

Vínculo 552



06 Secretaria Municipal de Educação
2021 Cont. Mun. Manutenção da alimentação escolar
339030 Material de consumo (95)
Subelemento da despesa 07000000
Vínculo 500

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

7.1. Diante da ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que venham a inviabilizar a execução do contrato nos termos inicialmente pactuados, será possível a alteração dos valores pactuados visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, mediante comprovação e respeitando a repartição objetiva de risco estabelecida.

Parágrafo único. Em sendo solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, a CONTRATANTE responderá ao pedido dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data do fornecimento da documentação que o instruiu.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- I - Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA, nos termos do presente instrumento;
- II - Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato;
- III - Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada no edital e no presente contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso;
- IV - Designar servidor pertencente ao quadro da CONTRATANTE, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do presente contrato;
- V - Cumprir todas as demais cláusulas do presente contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. São obrigações da CONTRATADA:

- I - Fornecer o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos do edital e do presente contrato, bem como nos termos da sua proposta;
- II - Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



III - Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado;

IV - Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, o fornecimento em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado;

V - Comunicar imediatamente e por escrito a Administração Municipal, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GESTÃO DO CONTRATO

10.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela servidora Alini Carmen Zamboni ou por seu (s) respectivo (s) substituto (s);

10.2. Dentre as responsabilidades do (s) fiscal (is) está a necessidade de anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive quando de seu fiel cumprimento, determinando o que for necessário para a regularização de eventuais faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 11.1 deste edital as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.3. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 11.2. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

11.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 11.2 do presente Edital.

11.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.6. A aplicação das sanções previstas no item 11.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.7. Na aplicação da sanção prevista no item 11.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 11.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

11.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

11.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação



ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

11.13. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “l” do item 19.2 do presente Edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO

12.1. As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA.

12.2. A extinção do contrato poderá ser:

- I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13. As partes elegem o foro da Comarca de Sananduva/RS para dirimir quaisquer questões relacionadas ao presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.



**SÃO JOÃO
DA URTIGA**

Prefeitura Municipal
ADM. 2025/2028

Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura Municipal de São João da Urtiga

CNPJ: 90.483.082/0001-65

Telefone: (54) 3532-1122

www.saojoaodaurtiga.rs.gov.br

São João da Urtiga/RS 27 de Fevereiro de 2025.

Prefeito Municipal

